



portalbenews.com.br

SETOR AÉREO Abear anuncia Juliano Noman como presidente após renúncia de Jurema Monteiro ▶ **p6**

RIO GRANDE DO SUL Infraero entrega primeira fase de obras de aeroportos de Canela e Torres ▶ **p7**



Reprodução

Portos brasileiros no foco da segurança e inovação tecnológica

Especialistas e autoridades debatem desafios como crime organizado, uso de tecnologia e modernização de infraestruturas no Simpósio de Direito e Segurança Pública nos Portos ▶ **p4 e p5**



Ricardo Stuckert/PR

Governo lança pacote de R\$ 546 bi para a agroindústria ▶ **p3**

CÂMARA Projeto de Lei propõe mudanças na cabotagem e reforço à indústria naval ▶ **p6**

ESPÍRITO SANTO Com R\$ 2,6 bi em investimentos, Porto Central inicia obras da primeira fase ▶ **p8**

SANTOS Ecoporto firma contrato com APS para manter operações por mais 180 dias ▶ **p8**

EDITORIAL

A segurança nos portos: um desafio que clama por integração e modernização

A declaração do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues, ocorrida nessa terça-feira, dia 3, sobre a necessidade de maior integração e colaboração entre os diversos atores envolvidos na segurança dos portos brasileiros, acende um alerta sobre uma questão crucial para o desenvolvimento econômico e a segurança nacional. A complexidade dos crimes que acometem as infraestruturas portuárias exige uma resposta coordenada e eficiente, capaz de neutralizar as ações do crime organizado e garantir a fluidez do comércio exterior.

A análise do diretor-geral foi feita durante sua participação no Simpósio de Direito e Segurança Pública nos Portos, realizado em Brasília (DF).

A apreensão de toneladas de drogas nos portos brasileiros nos últimos anos demonstra a dimensão do problema e a necessidade de uma atuação mais incisiva das autoridades. No entanto, o combate ao narcotráfico é apenas um dos desafios enfrentados pelos portos. O contrabando de armas, os ilícitos ambientais, o descaminho e até mesmo o terrorismo são ameaças constantes que exigem uma resposta integrada e multidisciplinar.

A falta de integração entre os diversos órgãos envolvidos na segurança portuária, como a Polícia Federal, a Receita Federal, as autoridades portuárias e as empresas privadas, tem sido um dos principais obstáculos para o combate a esses crimes. A fragmentação das ações e a falta de compartilhamento de informações dificultam a identificação e a captura dos criminosos, além de gerar ineficiências e atrasos nas operações portuárias.

Também a modernização da infraestrutura logística brasileira - como destacado pelo presidente da Conportos, Marcelo João, também nessa terça-feira, durante o Simpósio de Direito e Segurança Pública nos Portos - é fundamental para garantir a segurança dos portos. A atualização dos sistemas de segurança, a capacitação dos profissionais e a adoção de tecnologias mais avançadas são medidas essenciais para garantir a proteção dos portos e a fluidez do comércio exterior.

A segurança dos portos é um desafio complexo que exige uma abordagem integrada e multidisciplinar. A falta de integração entre os diversos órgãos envolvidos, a necessidade de modernização da infraestrutura e a importância de agilizar as operações de fiscalização são alguns dos principais desafios a serem enfrentados.

Ao investir em tecnologia, em capacitação e em uma maior cooperação entre os diferentes atores, o Brasil poderá fortalecer a segurança dos seus portos e garantir a fluidez do comércio exterior.

NESTA EDIÇÃO



▲ MANCHETE

- 4 PF e Receita pedem mais integração e tecnologia contra crimes portuários

HUB

- 3 Pelo terceiro mês consecutivo passagens aéreas domésticas têm redução de valores

NACIONAL

- 3 Brasil aposta em agroindústria sustentável com R\$ 546 bi de investimentos
- 5 Modernização dos portos passa pela adoção de tecnologia de ponta
- 6 Projeto de Lei propõe mudanças na cabotagem e reforço à indústria naval

Abear anuncia Juliano Noman como novo presidente

REGIÃO SUL

- 7 Infraero entrega primeira fase de obras de aeroportos gaúchos

REGIÃO SUDESTE

- 8 Com R\$ 2,6 bi em investimentos, Porto Central inicia obras da primeira fase

Ecoporto firma contrato de transição com APS



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520,
Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, 1º andar
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacynara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo - Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Editora-executiva - Portal BE News
Vanessa Pimentel

Editor-executivo - TV BE News
Gustavo Zanaroli

Editora de Arte - Jornal BE News
Mônica Mathias

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista,
Paulo José Ribeiro, Yousefe Sipp
e Vitória Malafati (estagiária)

Colunista
Ivani Cardoso

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@redebenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br

(11) 91615.1200



Brasil aposta em agroindústria sustentável com R\$ 546 bi de investimentos

Programa busca alavancar a produtividade, gerar empregos e transformar o setor em referência global em inovação e sustentabilidade

Ricardo Stuckert/PR



O presidente Lula e o vice Geraldo Alckmin participaram da cerimônia de transferência de recursos por meio da Missão 1, com foco em cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais

Passagens mais baratas 1

O valor da passagem aérea doméstica teve redução pelo terceiro mês consecutivo. Em outubro deste ano, o preço médio do bilhete foi de R\$ 685,05, 11,8% menor do que o observado no mesmo período de 2023. Nos 10 primeiros meses de 2024, o indicador acumula queda de aproximadamente 5%. Um dos principais fatores que têm contribuído para a diminuição do preço é o querosene de aviação (QAV), que caiu quase 25% no décimo mês do ano e 11% no acumulado de 2024 em relação aos valores praticados no ano passado.

Passagens mais baratas 2

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho, outros indicadores ajudaram na redução da tarifa média. "A economia brasileira segue em franca expansão, assim como a renda média do trabalhador, que acumulou alta de 3,9% no terceiro trimestre deste ano. Com maior poder de compra, temos crescimento na demanda por voos e mais brasileiros voando pelo nosso país. Quando a economia cresce, a aviação decola", explicou.

Passagens mais baratas 3

O levantamento sobre o valor da passagem aérea - disponível no site da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) - aponta que os preços ficaram mais baratos em 22 estados brasileiros e no Distrito Federal. Os dados mostram também que os bilhetes tiveram redução em todas as regiões. Roraima, Rondônia e Amazonas, com 41%, 36,6% e 33,6%, respectivamente, foram as localidades com maior percentual de queda. Com 21,17%, o Norte do País é a região com maior variação de baixa no preço, seguida pelo Centro-Oeste (19,30%), Sudeste (14,33%), Sul (4,86%) e Nordeste (4,12%).

Investimento 1

O Ministério de Portos e Aeroportos, por meio da Secretaria de Aviação Civil (SAC), aprovou os projetos de construção do novo terminal de passageiros e de cargas, seção contra incêndio (SCI) e estação prestadora de serviço de tráfego aéreo (EPTA) do aeroporto de Dourados (MS). Ao todo, serão investidos R\$ 39 milhões, destinados pelo Governo Federal. A nova infraestrutura vai garantir a ampliação operacional do terminal, acompanhando obras já entregues em junho de 2024.

Investimento 2

O aeroporto de Dourados é um dos terminais estratégicos do Governo Federal para alavancar a aviação regional brasileira. Ele está contemplado no Plano Aeroviário Nacional, da Secretária Nacional de Aviação Civil (SAC).

Da Redação
redacao.jornal@redenebnews.com.br

O agronegócio brasileiro recebeu um novo impulso com os investimentos anunciados na terça-feira (3), no Palácio do Planalto, em Brasília (DF). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o vice-presidente Geraldo Alckmin, ministros e empresários formalizaram o compromisso de destinar R\$ 546,6 bilhões ao setor por meio da Missão 1 da Nova Indústria Brasil (NIB), com foco em cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais.

Desse total, R\$ 250,2 bilhões virão de linhas de crédito público, enquanto o setor privado investirá R\$ 296,3 bilhões até 2029. A Missão 1 prioriza o fortalecimento da agroindústria como pilar da segurança alimentar, nutricional e energética, com o objetivo de modernizar a produção, ampliar a sustentabilidade e reduzir a dependência de insumos importados.

O evento também marcou a inclusão do Banco do Brasil no Plano Mais Produção (P+P), que agora soma R\$ 507 bilhões em linhas de crédito para a NIB. Além do BB, que contribuirá com R\$ 101 bilhões, institui-

ções como o BNDES (R\$ 259 bilhões), Caixa (R\$ 63 bilhões), Finep (R\$ 51,6 bilhões), Banco do Nordeste (R\$ 16,7 bilhões), Banco da Amazônia (R\$ 14,4 bilhões) e Embrapii (R\$ 1 bilhão) fazem parte da iniciativa.

"O agronegócio brasileiro é essencial para garantir a segurança alimentar global. Este programa alia a coordenação de políticas de financiamento ao fortalecimento das cadeias produtivas, aumentando a produtividade, gerando empregos e promovendo a sustentabilidade no campo", afirmou Geraldo Alckmin. Ele destacou também o desempenho positivo do PIB, que cresceu 0,9% no terceiro trimestre de 2024, superando as expectativas.

O Governo traçou metas ambiciosas para a agroindústria, aprovadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Entre os objetivos estão:

- Elevar o crescimento do PIB Renda Agroindústria para 3% ao ano até 2026 e para 6% ao ano até 2033. Em 2023, o PIB Renda do setor foi de R\$ 761 bilhões, com crescimento médio de 1,75% entre 2019 e 2023.
- Ampliar a mecanização na agricultura familiar de 25%, em 2023, para 28% em 2026 e 35% em 2033.
- Aumentar a tecnificação da agricultura familiar (uso de tec-

nologias avançadas além da mecanização) de 35% para 43% em 2026 e 66% em 2033.

Durante a cerimônia, o presidente Lula assinou o decreto que institui o Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e Agroecologia (PNPIAF), com foco na transição agroecológica, preservação de biomas e sustentabilidade dos agroecossistemas. Além disso, foi criada uma instância consultiva no Programa Mais Alimentos para ampliar o diálogo entre o governo e entidades da agricultura familiar.

O evento também apresentou medidas para reduzir a dependência brasileira de fertilizantes importados. O Ministério da Agricultura e Pecuária e a Petrobras firmaram um acordo para modernizar fábricas, desenvolver tecnologias e melhorar a logística de distribuição desses insumos.

Outro destaque foi o acordo técnico entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o MDIC e a Abimaq, voltado à fabricação e distribuição de máquinas e equipamentos adequados à agricultura familiar.

PPPs

Parcerias público-privadas (PPPs) também marcaram o evento. O Banco do Nordeste assinou um contrato de R\$ 600 milhões

com a Inpasa para financiar uma nova fábrica de etanol de milho e sorgo no Maranhão, projeto que contará com R\$ 1,3 bilhão em investimentos totais. A planta deverá gerar 351 empregos diretos.

A Finep firmou dois contratos de R\$ 250 milhões cada. O primeiro, com a Ouro Fino Saúde Animal, prevê o desenvolvimento da primeira vacina de dose única contra a doença de Glässer em suínos. O segundo, com a Lar Cooperativa Agroindustrial, financiará soluções tecnológicas para a cadeia de produção avícola, integrando automação e tecnologias da Indústria 4.0.

A Missão 1 da NIB também prioriza a disseminação da agricultura de precisão, incluindo o incentivo à produção nacional de drones e tecnologias de monitoramento. Outro foco é a cadeia de fertilizantes, com ênfase em biofertilizantes, para reduzir custos e aumentar a competitividade brasileira no mercado global.

O fortalecimento da produção de máquinas agrícolas e componentes nacionais é visto como estratégico para aumentar a sustentabilidade e agregar valor à produção. Esses esforços integram uma visão mais ampla de política industrial, que busca transformar o Brasil em referência global em inovação e sustentabilidade na agroindústria.

NACIONAL

PF e Receita pedem mais integração e tecnologia contra crimes portuários

Simpósio em Brasília reforça a urgência de cooperação para combater o narcotráfico e outros ilícitos no setor

YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redebeneews.com.br

O diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Augusto Passos Rodrigues, apontou a falta de integração e colaboração efetiva entre os diversos atores estatais e privados como um dos maiores obstáculos no combate ao crime nas infraestruturas portuárias do Brasil. A declaração foi dada na terça-feira (3), durante o Simpósio de Direito e Segurança Pública nos Portos, realizado em Brasília (DF).

“O crime organizado, há muito tempo, rompeu fronteiras. E é preciso que trabalhe-mos também sem essas barreiras. Barreiras, inicialmente, entre as nossas agências e instituições, do setor público-privado e também de parcerias com outros países, com os quais precisamos tanto contar, contribuir, colaborar, receber e dar, para que tenhamos sempre os melhores resultados”, afirmou.

Rodrigues reconheceu que a instituição federal tem dado bons resultados no que diz respeito à atuação como polícia judiciária da União, mas observou que, “por outro lado, precisa avançar e melhorar as ações



Andrei Rodrigues acha que a PF tem dado bons resultados como polícia judiciária, mas precisa melhorar as ações nas áreas de segurança marítima, aeroportuária e de fronteiras

nas nossas áreas de segurança marítima, aeroportuária e de fronteiras, como constitucionalmente previsto”.

Entre 2019 e 2021, a Polícia Federal apreendeu nos portos brasileiros uma média de 55 toneladas de drogas por ano, com destaque para a cocaína.

Embora o combate ao narcotráfico seja um dos principais focos das operações de segurança, outros delitos continuam a ser um problema nas infraestruturas portuárias, como o crime organizado, contrabando de armas, ilícitos ambientais, des-

caminho e até terrorismo.

Marcelo João, presidente da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos), destacou que o crescimento do comércio exterior exige uma modernização urgente da infraestrutura logística brasileira.

João enfatizou que a comissão tem direcionado esforços para que as autoridades responsáveis pela gestão dos portos implementem as diretrizes estabelecidas no Código Internacional para a Proteção

de Navios e Instalações Portuárias. “Esse desafio, embora pareça simples, está presente na regulamentação desde 1995, mas ainda é de difícil implementação até os dias atuais”, disse.

Para José Carlos de Araújo, subsecretário de Administração Aduaneira da Receita Federal, as operações de fiscalização e combate aos delitos precisam ser mais ágeis, a fim de evitar prejuízos econômicos ao setor. Araújo detalhou que “a cada dia que uma carga fica parada no terminal, representa um custo adicional de 0,9% do seu valor”.

O representante da Receita Federal também ressaltou que o crescimento do Estado não pode ser superior ao crescimento do crime organizado. “Se não houver cooperação, os desafios não serão vencidos. Se não houver o uso da tecnologia, continuaremos estagnados e o país não se desenvolverá”, disse. “Vamos buscar o ponto de equilíbrio entre controle, segurança e agilidade, além de garantir uma atuação mais coordenada dos órgãos de controle brasileiro”.

Também participaram da solenidade: Gilmara Temóteo, diretora executiva da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias – ABEPH; Rodrigo de Melo Teixeira, diretor de Polícia Administrativa da Polícia Federal; Délio Lins e Silva, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal – OAB/DF; Washington Luiz de Paula Santos, subchefe de Assuntos Marítimos do Estado-Maior da Armada; Alexandre Lopes, presidente da Comissão de Direito Portuário e Marítimo da OAB/DF; Almirante Wilson Pereira de Lima Filho, diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq; Jesualdo Silva, presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP; e Fábio Lavor Teixeira, secretário executivo adjunto do Ministério de Portos e Aeroportos.



Marcelo João, presidente da Conportos, destacou em seu discurso que o crescimento do comércio exterior exige uma modernização urgente da infraestrutura logística brasileira



Na opinião José Carlos de Araújo, subsecretário de Administração Aduaneira da Receita Federal, as operações de fiscalização e combate aos delitos precisam ser mais ágeis

Modernização dos portos passa pela adoção de tecnologia de ponta

Big Data, IA e Internet das Coisas são apontados como essenciais para maior eficiência e segurança operacional

YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redeneews.com.br

Estratégias para a implementação de tecnologias que possam apoiar de forma efetiva o combate ao crime nas infraestruturas portuárias. Esse foi um dos temas discutidos por especialistas durante o Simpósio de Direito e Segurança Pública nos Portos, realizado na terça-feira (3), em Brasília (DF).

Danilo Abbondanza, CEO da ModalGR, explicou como a aplicação de Inteligência Artificial (IA), Big Data e Internet das Coisas (IoT) pode melhorar a gestão e a segurança nos portos brasileiros. Segundo o executivo, a implementação dessas ferramentas pode transformar a forma como os dados são tratados, analisados e utilizados para a tomada de decisões.

“A visão que trazemos é a de uma evolução baseada em um trabalho unificado com diversas tecnologias”, afirmou.

O Big Data envolve um grande volume de registros armazenados em servidores e bancos de dados de empresas, frequentemente provenientes de fontes diversas. A plataforma permite integrar essas informações, proporcionando acesso rápido e preciso, o que resulta em uma visão mais clara e eficiente dos processos operacionais e, consequentemente, da segurança de um porto.

Abbondanza sugeriu que ao trabalhar com o controle de acesso em um terminal, cada



Danilo Abbondanza, CEO da ModalGR, explicou como a aplicação de Inteligência Artificial, Big Data e Internet das Coisas pode melhorar a gestão e a segurança nos portos brasileiros

uma pessoa deve ser registrada em uma plataforma de Big Data. A informação é compartilhada entre diferentes setores: operacional, comercial, Receita Federal e autoridade portuária, que exige o processo para liberar a entrada. “Facilidade de visualização do mesmo dado para visões diferentes”, disse.

A partir daí, as ferramentas de Inteligência Artificial melhorariam o sistema, sendo capazes de aprender com o tempo e analisar grandes volumes de dados para identificar padrões e comportamentos suspeitos, oferecendo apoio na tomada de medidas. “Não é uma decisão autô-

noma, mas um apoio”, observou.

Por fim, a Internet das Coisas (IoT), integrada às outras duas tecnologias, permitiria conectar dispositivos online para melhorar a comunicação e a interação. “A gente consegue trabalhar com uma ação de decisão, usando o hardware a seu favor no meio do processo, no controle de segurança, seja no acesso, na emissão de algum alerta ou na questão de monitoramento”, declarou Abbondanza.

Iniciativas do Governo

Fábio Lavor Teixeira, secretário

executivo adjunto do Ministério de Portos e Aeroportos, informou que o órgão está aplicando tecnologias de inteligência de sistemas e da informação para melhorar a segurança nas operações portuárias.

“Podemos usar mais as ferramentas na parte de segurança também. Da mesma forma que já temos essa base de dados, essa articulação entre todos os agentes das autoridades portuárias, podemos avançar mais”, afirmou Teixeira.

O secretário também falou sobre os avanços no Sistema de Gerenciamento e Informação

do Tráfego de Embarcações (VTMIS), que já apresenta resultados positivos em alguns portos, como o de Vitória (ES), e será implantado no Porto de Santos (SP).

“Para os próximos três anos está prevista a aplicação de R\$ 350 milhões para a ampliação e implementação”, completou Teixeira.

O almirante Wilson Pereira de Lima Filho, diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), anunciou o lançamento da plataforma Oi.br, que conta com dois módulos: safety (segurança operacional) e security (segurança contra ameaças externas).

Segundo o almirante, “essa ferramenta permitirá o registro online de informações por colaboradores autorizados, facilitando a análise de dados e a atualização das normas”.

Simpósio

A programação do Simpósio de Direito e Segurança Pública nos Portos incluiu painéis dedicados à repressão ao crime organizado, fiscalização e controle vs, segurança pública, e aos desafios para a integração dos órgãos públicos nos portos e vias navegáveis.

O evento foi promovido pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos) e pela Comissão Especial de Direito Marítimo e Portuário do CFOAB (Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil).



Fábio Lavor Teixeira falou sobre os avanços no VTMIS, que já apresenta resultados positivos em alguns portos, como o de Vitória, no Espírito Santo, e será implantado em Santos (SP)



O almirante Wilson Pereira de Lima Filho, diretor da Antaq, anunciou o lançamento de uma plataforma que permite o registro online de informações por colaboradores autorizados

NACIONAL

Projeto de Lei propõe mudanças na cabotagem e reforço à indústria naval

Empresas alertam para desafios na implementação de metas que exigem maior participação nacional no transporte marítimo

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redenebnews.com.br



Entre as mudanças propostas no Projeto de Lei, destaca-se a exigência de que empresas brasileiras de navegação mantenham frota própria em operação para obter autorizações

Representantes do setor de infraestrutura e logística estiveram na Câmara dos Deputados na terça-feira (3) para apresentar suas propostas sobre o projeto que visa alterações na Lei de Cabotagem.

Entre as mudanças propostas no Projeto de Lei nº 1.319/2024, destaca-se a exigência de que as empresas brasileiras de navegação (EBNs) mantenham frota própria em operação para obter autorizações. Além disso, são estabelecidos limites para a utilização de embarcações com bandeira nacional no transporte de petróleo e derivados, começando com 30% em 2025 e alcançando 70% até 2033.

O projeto também restringe benefícios tributários a empresas com frota registrada no Brasil e impõe que navios estrangeiros que operem por mais de 240 dias em águas nacionais contratem pelo menos dois terços de tripulantes brasileiros. Outra alteração importante é a ampliação das possibilidades de fretamento, desde que atendidas as condições previstas na

proposta.

Joselit Guerra de Andrade, gerente geral de Transporte Marítimo da Petrobras, criticou a norma que estabelece exigências para o aumento da participação de embarcações de bandeira brasileira nas operações de cabotagem de petróleo e derivados, sem levar em conta a escassez de navios disponíveis e a falta de mão de obra qualificada no setor.

A imposição desses percentuais elevados, sem considerar a capacidade da indústria brasileira de construção naval e a formação de marítimos necessários para a cabotagem e o apoio marítimo, pode levar a

penalidades severas, como a perda de isenções e benefícios fiscais", disse Andrade.

"Essa situação gera incertezas e riscos para a continuidade das operações, que já enfrenta desafios significativos em um mercado altamente competitivo", completou.

O secretário nacional de Hidrovias do Ministério de Portos e Aeroportos, Dino Antunes, reforçou o ponto sobre a qualificação de mão de obra, destacando que a discussão dos dois terços deve estar atrelada à formação de marítimos.

"A gente precisa discutir esses dois terços em alguma regra de transição ou em algu-

ma maneira que, na ausência, na insuficiência dos marítimos brasileiros, tenha válvulas de escape. A gente não pode ficar sem a navegação. Esse é o principal ponto.", observou Antunes.

O secretário informou que a pasta de Portos e Aeroportos está em tratativas com a Marinha do Brasil para tentar aumentar o quantitativo de profissionais formados.

"Hoje, grande parte dos recursos que estão no fundo para o ensino profissional é contingenciado, de maneira que a Marinha tem dificuldade orçamentária para formar novos marítimos", contou Antunes.

Ampliação de prazo

Luis Fernando Resano, representante da Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (Abac), propôs a ampliação do prazo de utilização dos recursos da conta vinculada de três para cinco anos, o que, segundo ele, beneficiaria as empresas de navegação.

"Podemos também incluir o uso do recurso da conta vinculada para o pagamento dos seguros de P&I (Proteção e Indemnização), que atualmente não está previsto na lei", afirmou Resano.

O texto da deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ) propõe alterações na Lei 14.301/2022 (BR do Mar), na Lei nº 9.432/1997 e na Lei nº 9.537/1997, com o objetivo de "fazer justiça à capacidade técnica da indústria naval, promover os avanços legislativos para a proteção da frota nacional e o fortalecimento da cadeia produtiva da Marinha Mercante com bandeira brasileira".

A parlamentar está atualmente colhendo sugestões de representantes e autoridades do setor para aperfeiçoar o projeto de lei e garantir que seu trâmite legislativo não seja prejudicado por propostas contrárias ao progresso econômico. O debate foi realizado pela Comissão de Trabalho.

Abear anuncia Juliano Noman como novo presidente

Ex-secretário de Aviação Civil vai assumir o cargo no lugar após a renúncia de Jurema Monteiro

Divulgação



Juliano Noman, ex-secretário de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos.

Segundo a Abear, a renúncia de Jurema ao cargo ocorreu por motivos pessoais. A posse de Juliano Noman está prevista para o início de 2025. O conselho deliberativo da instituição informou que o processo de

Bacharel em Economia, o futuro presidente da Abear, Juliano Noman, ocupou os cargos de diretor-presidente da Anac e secretário de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos

transição será conduzido ao longo do mês de dezembro.

Juliano Noman é bacharel em Economia pela Universidade de Brasília e já exerceu funções como diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e secretário de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos.

Jurema Monteiro, pós-graduada em Comunicação e Marketing e mestre em Turismo, está na Abear há nove anos. Assumiu a presidência da entidade em maio de 2023.

A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) anunciou na terça-feira (3) a mudança na presidência executiva da entidade. Jurema Monteiro deixará o cargo, sendo substituída por

YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redenebnews.com.br

Infraero entrega primeira fase de obras de aeroportos gaúchos

Empresa destinou investimentos de mais de R\$ 40 milhões para os terminais de Canela e Torres

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenebnews.com.br

A Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária) realizou na segunda-feira (2) a entrega da primeira fase de obras de modernização dos aeroportos de Canela e Torres, no Rio Grande do Sul. Os investimentos da empresa nos dois terminais passam de R\$ 40 milhões.

No aeroporto de Canela, as melhorias incluem o alargamento da pista de pouso e decolagem, que passou dos 18 para 30 metros, a extensão de 80 metros de comprimento – totalizando 1.340 metros –, seu reforço e recapeamento completo, além da revitalização de toda sinalização horizontal.

A pista de taxiamento e o pátio de aeronaves também

foram reformados, ganharam também nova sinalização e a implantação de três posições para aeronaves e uma para helicóptero. Além disso, foi também instalado o Sistema Indicador de Percurso de Aproximação de Precisão (PAPI na sigla em inglês).

Os investimentos para a modernização do aeroporto foram de R\$ 20 milhões. Com a conclusão das obras, o terminal de Canela fica apto para receber voos regulares de aeronaves da categoria 2C, assim ampliando sua capacidade operacional.

Para a realização das obras, as operações de pousos e decolagens do aeroporto foram suspensas no período de 28 de outubro a 28 de novembro.

A Infraero está presente apoiando a reconstrução do Rio Grande do Sul e nossos investimentos no estado são uma prova disso, somados aos es-



Divulgação/Infraero

As obras de melhorias e modernização no aeroporto de Torres incluem o alargamento da pista de taxiamento de aeronaves, atendendo às exigências para aeronaves da categoria 3C

naves da categoria 3C. Todo o sistema de pista de pousos e decolagens, de taxiamento e pátio de aeronaves recebeu nova sinalização, sendo criadas cinco posições para aeronaves e uma para helicóptero.

Além disso, foram concluídos os serviços de instalação do PAPI em ambas as cabeceiras. Os equipamentos deverão ser homologados pelos órgãos competentes.

A segunda etapa das obras continua com a construção de uma via de inspeção nos limites patrimoniais do aeroporto e a edificação de um muro em áreas mais sensíveis, prevista para ser concluída no início do próximo ano.

forços que já envidamos também nos aeroportos de Passo Fundo e Santo Ângelo”, comentou Rogério Barzellay, presidente da Infraero.

Torres

Para o aeroporto de Torres, as

obras de melhorias e modernização contaram com investimentos de R\$ 22 milhões oriundos da Infraero.

As obras incluem o alargamento da pista de taxiamento de aeronaves, que passou de 16 metros para 25 metros, atendendo às exigências para aero-

BE NEWS 19h

VOCÊ É NOSSO CONVIDADO!

Fique por dentro de tudo que move o mercado.

APRESENTAÇÃO

NÚRIA BIANCO

De segunda a sexta-feira, às 7 da noite, o telejornal BE News 19 horas traz as principais notícias do setor de Infraestrutura em todo o Brasil e nos principais mercados internacionais.

ACESSE E INSCREVA-SE



TV BE News no Youtube
@tv_benews



www.tvbenews.com.br

REDE
BE NEWS
JORNAL • PORTAL • TV

REGIÃO SUDESTE

Com R\$ 2,6 bi em investimentos, Porto Central inicia obras da primeira fase

Expectativa é de que as operações no empreendimento comecem em dezembro de 2027

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenebnews.com.br

A primeira fase de obras do Porto Central, futuro terminal privado localizado no município de Presidente Kennedy, no Espírito Santo, terá início nesta quarta-feira (04), segundo anunciado nesta semana. Com investimentos iniciais na ordem de R\$2,6 bilhões, a expectativa é que a conclusão da etapa ocorra até meados de 2027, com previsão de início das operações em dezembro do mesmo ano.

O projeto do complexo portuário abrange uma área total de 2.000 hectares, com profundidades de até 25 metros e 54 berços destinados a operações de petróleo, grãos, contêineres, entre outros.

A primeira etapa do projeto consiste na construção da infraestrutura portuária necessária visando abrigar um terminal de granéis líquidos. De acordo com o Porto Central, o terminal será dedicado ao transbordo de petróleo entre navios (ship-to-ship) em área protegida, visando segurança e eficiência para operações com embarcações de grande porte.

Conforme anunciado, a primeira grande intervenção será a supressão vegetal com a remoção de cerca de 65 hectares,



O projeto do terminal abrange uma área total de 2.000 hectares, com profundidades de até 25 m e 54 berços destinados a operações de petróleo, grãos, contêineres, entre outros

parte de um total de 2 mil hectares licenciados para o projeto. As autorizações foram emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em 2023.

Além disso, a primeira fase conta ainda com obras civis de terraplanagem e implantação do canteiro de obras. Também estão previstos a produção, transporte e armazenagem de rochas para o quebra-mar sul, a instalação da central de fabricação dos elementos de concreto e a dragagem do canal de acesso.

"O Porto Central será um complexo portuário multiuso, com forte enfoque na sustentabilidade, que será capaz de atender às demandas mais otimistas

de crescimento econômico do Brasil, fortalecendo a competitividade nacional, gerando empregos e renda, impulsionando oportunidades e novos negócios e melhorando a posição do país no ranking de infraestrutura portuária em relação a outros países no mundo", declarou o CEO do Porto Central, Salomão Fadlalah.

O cronograma aponta a construção de um canal de acesso do terminal, com cerca de 26 quilômetros de extensão, e da bacia de evolução, com mais de 60 milhões de metros cúbicos, além de píer e berços para atracação dos navios.

O Porto Central estima que, durante a Fase 1, deverão ser criados até 1.295 postos de

trabalho diretos, sendo que a meta estipulada é que 70% seja proveniente de mão de obra local.

Segundo a direção do empreendimento, o novo terminal projeta-se estrategicamente para atender a crescente demanda por infraestrutura portuária moderna e eficiente no país.

"Estamos prontos para contribuir com o desenvolvimento do setor portuário brasileiro e a crescente demanda para exportação de petróleo, oferecendo capacidade adicional para exportação de petróleo e reduzindo custos logísticos", afirmou o diretor do Porto Central, Angelo Santos.

Segundo a direção do Por-

to Central, o investimento total no complexo será de R\$ 16 bilhões, com as obras a serem realizadas em fases. A conclusão da última fase e a execução de todas as operações estão previstas para até 2040.

Logística

Conforme a apresentação, realizada para investidores e autoridades do Espírito Santo, o Porto Central terá uma importante conexão com a malha logística nacional. Além do modal rodoviário, já estão em andamento projetos para conectar o futuro terminal com a ferrovia EF-188 (ferrovia Vitória-Rio), que ligará o Espírito Santos a região Centro-Oeste com a Estrada de Ferro Vitória Minas, e à EF-352, planejada para expandir as rotas de escoamento de cargas agrícolas e industriais.

Segundo a Gerente Comercial Jessica Chan, além do transbordo de petróleo viabilizado para a Fase 1, o complexo portuário está estruturado e licenciado para permitir expansões futuras e a diversificação de operações.

"Já estamos em negociação e com estudos técnicos necessários para o desenvolvimento dos próximos terminais, em destaque o estaleiro de descomissionamento e reciclagem sustentável de navios em parceria com a M.A.R.S. e um hub de movimentação de contêineres que será capaz de receber navios de até 25.000 TEU", comentou.

Ecoporto Santos firma contrato de transição com APS



O Ecoporto Santos assinou um contrato de transição com a Autoridade Portuária de Santos (APS). A informação foi publicada pelo grupo EcoRodovias, controlador do Ecoporto, via comunicado ao mercado.

O acordo mantém as operações portuárias e de armazenagem de carga realizadas pelo Ecoporto pelo prazo de 180 dias. "Após este prazo, sem que a licitação para o arrendamento da área seja concluída, mantidas as mesmas condições de exploração e operacionalidade, a APS está autorizada a celebrar novo contrato pelo prazo de 180 dias", diz a nota da EcoRodovias.

Parte do Ecoporto está dentro da área do terminal STS 10, espaço que o Porto de Santos pretende leiloar em 2025.